

Candidatos disputam maioria do Congresso

MARY ZAIDAN

BRASÍLIA — Construir uma maioria sólida no Congresso Nacional será uma tarefa quase tão árdua para os candidatos à Presidência da República quanto a de vencer a eleição de 17 de dezembro. Provenientes de partidos pequenos — o PRN de Fernando Collor de Mello tem 21 deputados e 2 senadores e o PT de Luiz Inácio Lula da Silva conta com 16 parlamentares —, os dois concorrentes ao Palácio do Planalto desde já procuram montar bases informais de apoio.

Graças à adesão maciça do PFL, Collor sai com uma pequena vantagem sobre Lula na Câmara dos deputados. Dos 27 parlamentares pefelistas só os representantes do Maranhão — fiéis ao presidente José Sarney — e de Alagoas se negam a apoiar Collor. O candidato do PRN conta ainda com o aval de todos os 28 deputados do PDS e dos 21 do PTB, além dos 14 deputados do PDC. Mas esse número ainda é insuficiente para garantir maioria, que só será alcançada se conquistar um bloco significativo do PMDB — cuja tendência majoritária é de se opor tanto a Lula quanto a Collor — e dos 16 deputados do PL, que ainda preferem a neutralidade.

Lula tem como certo o apoio dos 28 congressistas que integram a Frente Brasil Popular, além de 29 deputados do PDT, três do PCB e de pelo menos 45 dos 52 representantes do PSDB, embora os tucanos não tenham selado nenhum acordo para o futuro. Hoje mesmo, a Frente promove o primeiro encontro do Movimento Parlamentar Lula Presidente em busca dessa maioria congressional.

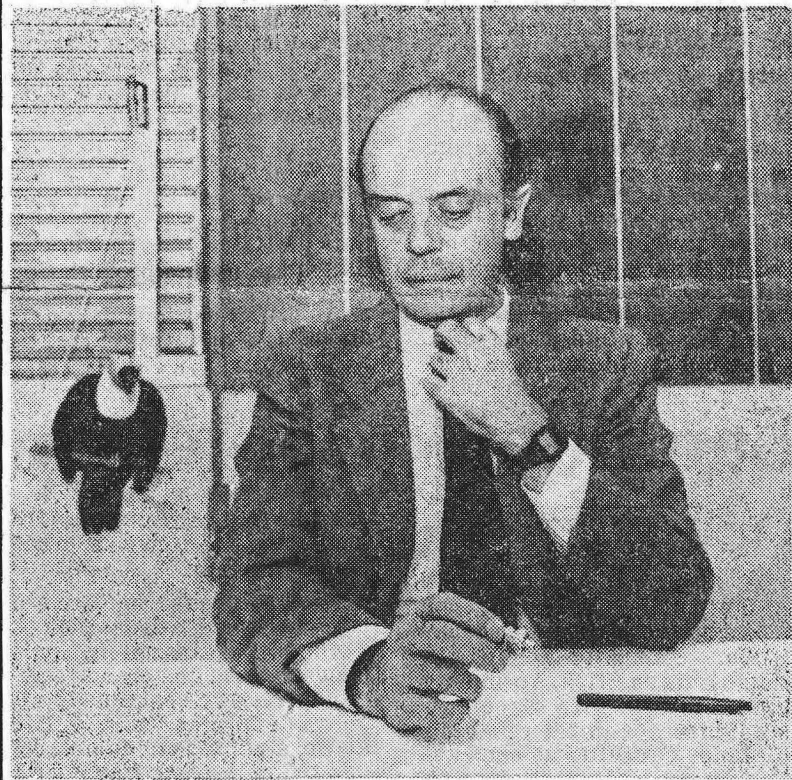
Uma parcela do PMDB deverá ficar ao lado de Lula mas sem compromissos de sustentação do governo. “Voto no Lula, mas me reservo o direito de fazer oposição”, afirma o líder

do PMDB na Câmara, deputado Íbsen Pinheiro (RS). O líder do PMDB no Senado, Ronan Tito (MG), vai mais longe: “Voto em Lula, mas em qualquer hipótese serei oposição pra valer, e carrego comigo pelo menos 20 senadores”.

Se na Câmara Collor consegue uma pequena maioria, articulada basicamente pelos deputados Alceni Guerra (PFL-PR) e Arnaldo Faria de Sá (PRN-SP), sob a coordenação de Renan Calheiros (PRN-AL), no Senado o ex-governador de Alagoas está em desvantagem. Collor pode contar no máximo com 34 senadores, enquanto Lula alcança 38. A pequena margem em favor de Lula no Senado adquire peso maior porque nas eleições do ano que vem ele será renovado em apenas um terço, enquanto na Câmara é possível até uma renovação total.

A rigor, a eleição do ano que vem — que mexe diretamente com a sobrevivência dos deputados — será o balizador da maioria parlamentar. Vai ser necessária uma grande costura regional”, aconselha o deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) que, mesmo apoiando Collor há mais de três meses, só agora explicitou sua preferência, até mesmo para não “atrapalhar” o candidato do PRN. “Eles vão repetir o Centrão da Constituinte”, acusa o deputado José Genoíno (PT-SP). “E nossa minoria presente vai vencer de novo”, completa.

Collor e Lula tentam agora pinçar quadros dos grandes partidos. Collor, segundo um de seus aliados, acha possível atrair nomes respeitáveis como o deputado Nélson Jobim (PMDB-RS) e José Serra (PSDB-SP). Desde já, o ex-governador já conseguiu atrair pelo menos um nome de peso do PMDB, o deputado Bernardo Cabral (sem partido-AM), que foi relator da Assembléia Constituinte.



Luiz Carlos Leite/AE

Serra: um dos cobichados por Collor entre os respeitáveis